



COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2019

(Processo Administrativo nº 23038.004508/2019-73)

Torna-se público que o(a) **Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES**, por meio da Divisão de Compras e Licitações - DCOL, sediada no Setor Bancário Norte, Quadra 02, Bloco L, Lote 06, Brasília-DF, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, **do tipo menor preço** por grupo, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e nº 03, de 26 de abril de 2018 e da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 07/11/2019

Horário: 10:30

Local: Portal de Compras do Governo Federal - www.comprasgovernamentais.gov.br

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços na área de saúde, com o objetivo de realizar Exames Médicos Periódicos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A licitação será realizada em grupo único, formados por 15 itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3 O critério de julgamento adotado será o menor preço GLOBAL do grupo, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. É de responsabilidade exclusiva do licitante o uso adequado do sistema, cabendo-lhe zelar por todas as transações efetuadas diretamente ou por seu representante.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.5. que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.2.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

4.2.8. instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa/SEGES nº 05/2017).

4.2.8.1. É admissível a participação de organizações sociais, qualificadas na forma dos arts. 5º a 7º da Lei 9.637/1998, desde que os serviços objeto desta licitação se insiram entre as atividades previstas no contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a organização social (Acórdão nº 1.406/2017- TCU-Plenário), mediante apresentação do Contrato de Gestão e dos respectivos atos constitutivos.

4.2.9. sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

4.3. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

- a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou
- b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

4.3.1. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2010);

4.4. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

4.5. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.5.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.5.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.5.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.5.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

4.5.3. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.5.4. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.5.5. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.5.6. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.5.7. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição

sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DO ENVIO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

5.2. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.4. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

5.5. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.5.1. valor total do item;

5.6.2 Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência

5.6. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.7. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital;

5.7.1. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.7.2. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MP n.5/2017.

5.8. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

5.8.1. cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

5.8.2. cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

5.9. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

5.10. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.11. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.12. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.13. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.14. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário);

5.14.1 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato

6. DA FORMULAÇÃO DE LANCES E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

6.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens

entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor anual/total/unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,001% (zero vírgula zero zero um por cento).

6.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

6.10. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

6.10.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

6.11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.12. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.13. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.14. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.

6.15. O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

6.16. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade

empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.19. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.21. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.22. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.23. Só se considera empate entre propostas iguais, não seguidas de lances. Lances equivalentes não serão considerados iguais, uma vez que a ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.

6.23.1. Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

6.23.1.1. prestados por empresas brasileiras;

6.23.1.2. prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.23.1.3. prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

6.24. Persistindo o empate entre propostas, será aplicado o sorteio como critério de desempate.

6.25. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

6.26. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6.28. Quando aplicada a margem de preferência a que se refere o Decreto nº 7.546, de 2 de agosto de 2011, não se aplicará o desempate previsto no Decreto nº 7.174, de 2010.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

7.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

7.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MP n. 5/2017, que:

7.2.1. contenha vício insanável ou ilegalidade;

7.2.2. não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

7.2.3. apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

7.2.3.1. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

7.2.3.1.1 for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.2.3.1.2 apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

7.3. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.4. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

7.5. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo mínimo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

7.6.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.6.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.

7.6.3. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

7.6.4. O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação;

7.6.5. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço proposto.

7.6.5.1. Considera-se erro no preenchimento da planilha a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, exceto para atividades de prestação de serviços previstas nos §§5º-B a 5º-E, do artigo 18, da LC 123, de 2006.

7.6.5.2. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor da proposta apresentada, seja quanto ao preço ou quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas, desde que não venham a causar prejuízos aos demais licitantes;

7.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.9. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

8.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

8.1.4. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidas, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

8.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público,

inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.1.5.1.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.1.5.1.2 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

8.1.6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.1.7. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.2. Não ocorrendo inabilitação, o Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto nos arts.10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

8.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

8.3. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

8.4. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente por meio do sítio oficial, ou na hipótese de ela se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 2 (duas) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação.

8.4.1. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

8.5. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 2018, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e Trabalhista, bem como a Qualificação Econômico-Financeira, nas condições descritas adiante.

8.6. **Habilitação jurídica:**

8.6.1. no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.6.3. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante

sucursal, filial ou agência;

8.6.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.6.5. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

8.6.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.7. Regularidade fiscal e trabalhista:

8.7.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.7.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.7.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.7.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.7.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.7.6. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.7.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.8. **Qualificação Econômico-Financeira:**

8.8.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

8.8.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

8.8.2.1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

8.8.2.2. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

8.8.3. comprovação da boa situação financeira da empresa mediante

obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.8.4. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

8.9. Qualificação Técnica:

8.9.1. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, relativamente ao(s) item(ns) 18.3 do Termo de Referência ~~(ou para todos os itens)~~, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

8.9.2. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável

8.10. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), no prazo de 2 (duas) horas, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail licita@capes.gov.br.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.10.2. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.10.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.10.4. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.11. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

8.11.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

8.12. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez

constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.13. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

8.14. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.15. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.16. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.17. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

8.18. Na licitação por itens, as exigências de habilitação (especialmente qualificação econômico-financeira e técnica) devem ser compatíveis e proporcionais ao vulto e à complexidade de cada item. Não se pode exigir do licitante que concorre em apenas um item requisitos de qualificação econômico-financeira ou técnica correspondentes ao objeto da licitação como um todo.

Todavia, quando o licitante concorre em mais de um item, compromete-se a executar concomitantemente as diversas contratações que poderão advir, de modo que, nessa hipótese, os requisitos de habilitação devem ser cumulativos, mas apenas exigíveis em relação aos itens que o licitante efetivamente venceu, e não apenas concorreu. Tal é a orientação do TCU (Acórdão nº 1.630/2009 – Plenário).

8.19 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

9.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

9.1.2. apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente

ajustada ao lance vencedor,

9.1.3. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

9.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

9.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

9.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

9.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

9.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

9.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10. DOS RECURSOS

10.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

10.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

10.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

10.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

10.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.2.2. A convocação feita por e-mail ou dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1 Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.2 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

14.3 O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

14.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

14.4.1 Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da

15. DO TERMO DE CONTRATO

15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

Assim, não havendo termo de contrato, este poderá ser substituído por outros instrumentos hábeis, como carta contrato, nota de empenho de despesa ou autorização de compra, nos quais deve constar expressamente a vinculação à proposta e aos termos do edital de licitação. A redação do presente tópico procura abarcar ambas as hipóteses.

15.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

15.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

15.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

15.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

15.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

15.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

15.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.6. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando,

injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

Nota explicativa: Nesse momento, deve haver a checagem da manutenção de todas as condições de habilitação, não se limitando apenas à consulta ao SICAF.

16. DO REAJUSTE

16.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no item 15 do Termo de Referência, anexo a este Edital.

17. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. 17.1 Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão nos itens 12 e 13, previstos no Termo de Referência.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas nos itens 8 e 9 do Termo de Referência.

19. DO PAGAMENTO

19.1. 19.1 As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no item 7 do Termo de Referência, anexo a este Edital.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

20.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

20.1.2. apresentar documentação falsa;

20.1.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

20.1.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.5. não mantiver a proposta;

20.1.6. cometer fraude fiscal;

20.1.7. comportar-se de modo inidôneo;

20.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

20.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

20.3.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

20.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.3.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

20.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

20.5. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

20.6. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.7. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

20.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20.12. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

21. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

21.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

21.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

21.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

21.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser

respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/213.

22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

22.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

22.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licita@capes.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Setor Bancário Norte, Quadra 02, Bloco L, Lote 06, Asa Norte, Brasília-DF, CEP 70.040-031, Seção de Protocolo e Expedição, aos cuidados da DCOL

22.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

22.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

22.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

22.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

22.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

23.4. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

23.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

23.6. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.13. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico comprasgovernamentais.gov.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Setor Bancário Norte, Quadra 02, Bloco L, Lote 06, 2ºSS, Asa Norte, Brasília-DF, nos dias úteis, no horário das 09h às 12h e das 14h às 17h, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

23.14. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

23.14.1. ENCARTE I - Termo de Referência (TR);

23.14.2. ANEXO I - Estudo Técnico Preliminar (ETP);

23.14.3. ANEXO II - Ata de Registro de Preços;

23.14.4. ANEXO III - Minuta de Contrato.

Comissão Permanente de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União

Edital modelo para Pregão Eletrônico: Serviços Continuados com mão de obra sem dedicação exclusiva

Atualização: Agosto/2019



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Josijuan Abreu Bacurau, Chefe de Divisão de Compras e Licitação**, em 21/10/2019, às 17:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 25, inciso II, da Portaria nº 01/2016 da Capes.



Documento assinado eletronicamente por **Jaqueline de Souza Cardoso Alecrim, Coordenador(a) de Suprimentos**, em 21/10/2019, às 17:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 25, inciso II, da Portaria nº 01/2016 da Capes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.capes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1076584** e o código CRC **4257619D**.



COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
Setor Bancário Norte (SBN), Quadra 2, Bloco L, Lote 06, Edifício Capes, 1º andar - Bairro Asa Norte, Brasília/DF,
CEP 70040-020
Telefone: - www.capes.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 23038.004508/2019-73

Comissão Permanente de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico SRP: Serviços não continuados

Atualização: Dezembro/2018

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de serviços na área de saúde, com o objetivo de realizar Exames Médicos Periódicos, tendo como alvo os ativos regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, os nomeados em cargo em comissão e empregados públicos anistiados que retornaram à Administração Pública Federal, conforme regulamentam o Decreto nº 6.856, de 25 de maio de 2009 (SEI nº 0919724), o qual Regulamenta o art. 206-A da lei no 8.112/90, e a Portaria Normativa nº 4, de 15 de setembro de 2009, da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

| Item | Catser | Descrição | Unidade de Medida | Quantidade | preço médio unitário estimado | valor total estimado | valor global estimado |
|------|--------|--|-------------------|------------|-------------------------------|----------------------|-----------------------|
| 1 | 22373 | Avaliação clínica (Consulta médica, para avaliação dos resultados de exames e diagnóstico sobre a saúde ocupacional do servidor, em prontuário eletrônico, disponibilizado no sistema SIAPENET - Saúde - Módulo Periódicos). | Exames | 404 | R\$ 45,27 | R\$ 18.289,08 | R\$ 128.866,48 |
| 2 | 20184 | Hemograma completo | | 404 | R\$ 14,68 | R\$ 5.930,72 | |
| 3 | 20184 | Glicemia | | 404 | R\$ 9,85 | R\$ 3.979,40 | |
| 4 | 9040 | Rotina de Urina (EAS) | | 404 | R\$ 13,03 | R\$ 5.264,12 | |
| 5 | 21598 | Creatinina | | 404 | R\$ 9,67 | R\$ 3.906,68 | |
| 6 | 21571 | Colesterol total | | 404 | R\$ 16,85 | R\$ 6.807,40 | |
| 7 | 21571 | Triglicérides | | 404 | R\$ 11,53 | R\$ 4.658,12 | |
| 8 | 8559 | AST (TGO - Transaminase Glutâmico Oxalacética) | | 404 | R\$ 8,81 | R\$ 3.559,24 | |
| 9 | 8567 | ALT (TGP - Transaminase Glutâmico Pirúvica) | | 404 | R\$ 8,75 | R\$ 3.535,00 | |
| 10 | 21547 | Citologia oncótica (Papanicolau) | | 220 | R\$ 73,79 | R\$ 16.233,80 | |
| 11 | 13951 | Consulta ginecológica para coleta de material | | 220 | R\$ 142,32 | R\$ 31.310,40 | |
| 12 | 16594 | Avaliação Oftalmológica (avaliação de índice de refração, tonometria e fundo de olho) | | 112 | R\$ 152,55 | R\$ 17.085,60 | |
| 13 | 8940 | Pesquisa de sangue oculto nas fezes (método imunocromatográfico) | | 80 | R\$ 11,90 | R\$ 952,00 | |
| 14 | 9679 | Mamografia | | 44 | R\$119,58 | R\$ 5.261,52 | |
| 15 | 21563 | PSA (Antígeno Prostático Específico) | | 36 | R\$ 58,15 | R\$ 2.093,40 | |

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum, nos termos da Lei 10.520/2002 e do Decreto 5.450/2005.

1.3. O quantitativo e respectivo código do item são os discriminados na tabela acima.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço unitário, **de forma que apenas será pago o serviço efetivamente executado pela CONTRATADA, após regular aceitação e ateste pelo fiscal do contrato.**

1.5. O contrato terá vigência pelo período de 12 meses, podendo ser prorrogado, com base no artigo 57, §1º, da Lei n. 8.666/93.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência (Anexo I).

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, abrange a prestação do serviço de realização dos Exames Médicos Periódicos, disposto no art. 206-A, da Lei 8.112/1990, o qual é parte integrante da Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal e integra um conjunto de avaliações necessárias ao acompanhamento da saúde dos servidores. Nesse contexto, os respectivos exames objetivam prioritariamente a preservação da saúde, a partir da avaliação médica e a detecção precoce dos agravos, relacionados ou não ao trabalho, por meio de exames clínicos, avaliações clínicas, laboratoriais e de imagens, baseadas nos fatores de riscos aos quais os servidores poderão estar expostos no exercício das diversas atividades no serviço público federal. A prevenção por meio de diagnóstico tem se mostrado como uma das principais ferramentas para melhores práticas em saúde. As informações dos exames médicos periódicos compõem o perfil epidemiológico dos servidores públicos federais, sendo importante para subsidiar o desenvolvimento de ações de promoção à saúde, prevenção de agravos, bem como de ações de vigilância aos ambientes e processos de trabalho. Essas informações, preservado o sigilo, serão sistematizadas no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE, no Módulo de Exames Médicos Periódicos.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum, não continuado, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Este serviço é definido como não continuado com base na definição do Art. 16 da IN 05/2017, isto é, se trata de um serviço específico que deve ser realizado em um período predeterminado.

4.3. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.4. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.5. Será adotado o Sistema de Registro de Preços, em razão da impossibilidade de se definir o quantitativo exato a ser contratado, conforme preceitua o Decreto 7.892/2013.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Trata-se da contratação de empresa para prestação de serviços de realização do rol de exames listados a seguir, conforme regulamenta o Decreto nº 6.856, de 25 de maio de 2009:

a) Avaliação clínica: consulta médica, para avaliação dos resultados de exames e diagnóstico sobre a saúde ocupacional do servidor, em prontuário eletrônico, disponibilizado no sistema SIAPENET - Saúde - Módulo Periódicos);

b) Exames laboratoriais: Hemograma completo; Glicemia; Rotina de Urina (EAS); Creatinina; Colesterol total; Triglicérides; AST (TGO - Transaminase Oxalacética); ALT (TGP - Transaminase Glutâmico Pirúvica); Citologia oncótica (Papanicolau); Pesquisa de sangue oculto nas fezes (método imunocromatográfico); PSA (Antígeno Prostático Específico).

- c) Consulta ginecológica para coleta de material;
- d) Avaliação Oftalmológica (avaliação de índice de refração, tonometria e fundo de olho);
- e) Mamografia.

5.1.2. Os serviços de realização dos exames médicos periódicos possuem natureza de serviço comum, uma vez que tais serviços possuem padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo ato convocatório, por meio de especificações usuais do mercado, conforme definição do art.14 IN nº 05/2017.

5.1.3. Em concordância com a Portaria Normativa n.º 4, de 15 de setembro de 2009, os exames deverão ser realizados em horário de expediente, sem qualquer ônus ou necessidade de compensação por parte dos servidores, cabendo à Contratada organizar a rede de serviços de saúde para realizar os exames clínicos e laboratoriais, no local mais próximo ao trabalho do servidor ou empregado público anistiado, podendo a CAPES disponibilizar espaço físico em suas dependências, se assim entender conveniente.

5.1.4. O local a ser disponibilizado pela Contratada para realização dos exames clínicos e laboratoriais deverá obedecer às normas e exigências dos órgãos fiscalizadores, em salas para consultório médico e específicas para coleta de exames laboratoriais ou outro exame específico.

5.1.5. O quantitativo de profissionais a ser disponibilizado pela Contratada deverá ser em número compatível, de forma que os serviços sejam realizados de forma ágil, evitando o acúmulo de demanda.

5.1.6. Os dados relativos aos exames periódicos de saúde da Administração Pública Federal serão incluídos em sistema informatizado - SIAPE Saúde, em módulo de periódicos, disponibilizado pela Secretaria de Gestão Pública, para fins epidemiológicos e de monitoramento, com acesso restrito e em conformidade com as normas que garantam sigilo e segurança das informações, o que, para tanto, a contratada deverá apresentar sistema informatizado compatível, que permita a importação de dados para o SIAPE Saúde.

5.1.7. Considerar-se-á concluído o exame médico periódico somente quando emitido o atestado de saúde ocupacional - ASO, gerado via sistema informatizado.

5.1.8. Os serviços serão prestados de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental contidos no Art. 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SLTI/MPOG e no Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República, no que couber. Quanto ao gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde, a contratada deverá obedecer às disposições do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde - PGRSS elaborado pelo órgão, além de obedecer às diretrizes constantes da Lei nº 12.305, de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005 e RDC 306, de 07/12/2004 - ANVISA:

a) os resíduos de serviços de saúde devem ser acondicionados atendendo às exigências legais referentes ao meio ambiente, à saúde e à limpeza urbana, e às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 7.500 ABNT;

b) os resíduos de serviços de saúde devem ser armazenados atendendo às exigências legais referentes ao meio ambiente, à saúde e à limpeza urbana, e às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT - NBR12235;

c) a coleta e o transporte de resíduos de serviços de saúde devem atender às exigências legais e às normas da ABNT - NBR12.810 e NBR14652;

d) as estações para transferência de resíduos de serviços de saúde devem estar licenciadas pelo órgão ambiental competente e manter as características originais de acondicionamento, sendo vedada a abertura, rompimento ou transferência do conteúdo de uma embalagem para outra;

e) a destinação ambiental dos resíduos de saúde deve observar a lei 12.305/10, legislação e normas ambientais incidentes.

f) os resíduos pertencentes ao Grupo A do Anexo I da Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005, não podem ser reciclados, reutilizados ou reaproveitados, inclusive para alimentação animal.

f.1) os resíduos pertencentes ao Grupo A1 do Anexo I da Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005, devem ser submetidos a processo de tratamento que promova redução de carga microbiana compatível com nível III de inativação e devem ser encaminhados para aterro sanitário licenciado ou local devidamente licenciado para disposição final de resíduos dos serviços de saúde.

f.2) os resíduos pertencentes ao Grupo A4 do Anexo I da Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005, podem ser encaminhados sem tratamento prévio para local devidamente licenciado para a disposição final de resíduos dos serviços de saúde, a não ser que haja exigência de tratamento prévio por parte dos órgãos ambientais estaduais e municipais.

f.3) os resíduos pertencentes ao Grupo A5 do Anexo I da Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005, devem ser submetidos a tratamento específico orientado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. 03/05/2018 <https://sapiens.agu.gov.br/documento/129447916>
<https://sapiens.agu.gov.br/documento/129447916> 6/12.

g) os resíduos pertencentes ao Grupo E do Anexo I da Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005, devem ser apresentados para coleta acondicionados em coletores estanques, rígidos e hígidos, resistentes à ruptura, à punctura, ao corte ou à escarificação, e ter tratamento específico de acordo com a contaminação química, biológica ou radiológica.

g.1) os resíduos com contaminação biológica devem seguir as orientações relativas aos resíduos do Grupo A1 e A4.

5.1.9. O contrato terá vigência pelo período de 12 meses, podendo ser prorrogado, com base no artigo 57, §1º, da Lei n. 8.666/93.

5.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.3. As obrigações da contratante e da Contratada estão previstas neste Termo de Referência, nos itens 8 e 9.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.1. O prazo para o início da execução do objeto, com a realização dos procedimentos, exames e avaliações será de dez (10) dias, após a assinatura da Ata de Registro de Preços e emissão da Nota de Empenho.

6.1.2. Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Capes estabelecerá, em conjunto com a Contratada, o cronograma de submissão dos servidores aos exames médicos periódicos, estabelecendo o período de realização dos exames laboratoriais, radiológicos, oftalmológicos e ginecológicos e das avaliações clínicas.

6.1.3. A coleta de material e os exames laboratoriais, radiológicos, oftalmológicos e ginecológicos deverão ser realizados pela Contratada na cidade de Brasília, no horário comercial, de 8h às 12h e de 14h às 18h, de segunda a sexta-feira, por profissionais habilitados, devidamente credenciados em seus respectivos órgãos profissionais, em clínicas ou laboratórios especializados, localizados próximos ao local de trabalho dos servidores.

6.1.4. A avaliação clínica (Consulta médica, para avaliação dos resultados de exames e diagnóstico sobre a saúde ocupacional do servidor, em prontuário eletrônico, disponibilizado no sistema SIAPENET - Saúde - Módulo Periódicos) deverá ser realizada nas dependências da Contratante localizada no edifício sede da Capes, situado no Setor Bancário Norte, Quadra 02, Lote 06, Bloco L, Brasília - DF, em datas e horários a serem designados pela Contratante.

6.1.5. É facultada aos servidores em afastamento por motivo de férias ou demais licenças e afastamentos considerados como de efetivo exercício, no prazo de até 90 (noventa) dias, a realização dos exames periódicos no primeiro dia útil após o retorno às atividades laborais.

6.1.6. É facultado ao servidor, na hipótese de ele ter realizado os exames solicitados, o direito de apresentá-los na avaliação médica, desde que o prazo dos exames não seja superior a 6 (seis) meses.

6.1.7. A Contratada deverá estruturar a realização dos exames médicos periódicos mediante implementação das seguintes etapas:

6.1.7.1. Disponibilizar quantitativo de profissionais em número compatível, de forma que os serviços sejam realizados de forma ágil, evitando o acúmulo de demanda.

6.1.7.2. Indicar um Coordenador Técnico, com formação superior, para interagir com os profissionais prestadores e com a Capes, no que se refere às questões técnicas e éticas do desempenho profissional.

6.1.7.3. Tomar ciência sobre as inserções, de responsabilidade da licitante vencedora, no Sistema informatizado SIAPENET - Saúde - Módulo Periódicos.

6.1.7.4. Realizar as inserções necessárias no Sistema informatizado SIAPENET - Saúde - Módulo Periódicos de responsabilidade da licitante vencedora.

6.1.7.5. Providenciar a certificação digital dos responsáveis técnicos e médicos da licitante vencedora, para acesso ao sistema informatizado SIAPENET - Saúde -

Módulo Periódicos.

6.1.7.6. Cadastrar e manter atualizadas empresas credenciadas para a realização dos exames e avaliação clínica no sistema informatizado SIAPENET – Saúde – Módulo Periódicos.

6.1.7.7. Informar à Capes os locais credenciados cadastrados no SIAPENET – Saúde – Módulo Periódicos, para a divulgação interna.

6.1.7.8. Informar à Capes quando houver novas inclusões de credenciados no sistema informatizado SIAPENET – Saúde – Módulo Periódicos.

6.1.7.9. Enviar para a Capes as guias de encaminhamento que foram assinadas pelo servidor em cada credenciada no ato do atendimento.

6.1.7.10. Realizar as atualizações necessárias, em caso de alteração nos dados da empresa cadastrada para o atendimento dos servidores.

6.1.7.11. Orientar e manter bem informadas as empresas credenciadas, responsáveis pelos exames e avaliação clínica, sobre o atendimento aos servidores da Enap e o encaminhamento mediante Guias de Encaminhamento emitidas no sistema SIAPENET – Saúde – Módulo Periódicos.

6.1.7.12. Oferecer, em caso de dúvida e/ou reclamações, meio de atendimento por telefone e email, para todos os servidores contemplados pelos exames periódicos.

6.1.7.13. Encaminhar para a rede pública de saúde - SUS ou para a rede suplementar de assistência à saúde do servidor aquele em que, durante a execução dos exames periódicos de saúde, for detectada qualquer doença, ou necessidade de avaliações clínicas/laboratoriais que não tenha relação com doenças ou acidentes ocasionados pelo trabalho ou atividade exercida pelo servidor examinado, por não se configurar agravo de natureza ocupacional.

6.1.7.14. Emitir Atestado de Saúde Ocupacional – ASO, em conformidade com as orientações fornecidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão a fim de concluir o exame médico periódico.

6.1.7.15. Entregar uma via do ASO ao servidor e encaminhar à Capes uma segunda via do documento, com o visto do servidor, para ser apensada ao prontuário do servidor.

6.1.7.16. Realizar os exames médicos, conforme previsto em procedimentos técnico-científicos atualizados por profissionais e/ou entidades devidamente capacitadas, equipadas e qualificadas.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A prestação dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor devidamente nomeado pelo Contratante, conforme artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

7.2. A contratada ficará sujeita a mais ampla e irrestrita supervisão, obrigando-se a prestar todos os esclarecimentos porventura requeridos pela Contratante.

7.3. A comunicação entre Contratada e Contratante acerca das informações relativas à execução do contrato deverá ser realizada por escrito por meio dos e-mails dso@capes.gov.br e cgpp@capes.gov.br e/ou pelos telefones (61)2022-6500 e (61)2022-6507.

7.3.1. A supervisão da Contratante de nenhum modo diminui ou altera a responsabilidade da empresa a ser contratada na prestação dos serviços a serem executados.

7.4. O pagamento será feito por meio de ordem bancária em conta corrente do favorecido, em até 15 dias após a apresentação de demonstrativo com a devida discriminação de procedimentos executados, bem como a apresentação da nota fiscal devidamente atestada e dos comprovantes de recolhimento de encargos sociais e, quando for o caso, de multas aplicadas.

7.5. Para efeito de pagamento a Nota Fiscal deverá ser apresentada em nome da Contratante, CNPJ nº 00.889.834/0001-08 e nela devem constar, além da quantidade e descrição do objeto, o nome e nº do banco, da agência e da conta corrente, bem como a declaração de opção pelo Imposto Simplificado Nacional, quando optante.

7.6. A despesa total decorrente desta contratação correrá à conta da dotação orçamentária da CAPES, para o exercício de 2019, Ação 2000, PTRES 136550, Fonte 8100000000, Elemento de despesa 33.90.39.50.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

8.1.1. Efetuar o cadastro da Contratada no módulo informatizado de exames médicos periódicos do SIAPE-Saúde, no sítio oficial das informações do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE, para que esta, por sua vez, possa fazer o cadastramento dos profissionais de saúde que atenderão aos beneficiários. O acesso ao módulo de exames médicos periódicos do SIAPE-Saúde, por meio de certificação digital, será disponibilizado pela Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho no Serviço Público do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

8.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

8.3. Notificar a Contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

8.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

8.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017.

8.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

a) Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

b) Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

c) Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

d) Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

8.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

8.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada.

8.10. Atestar nas Notas Fiscais/Fatura a efetiva entrega do objeto contratado e o seu aceite.

8.11. Aplicar as sanções regulamentares e contratuais, se necessário.

8.12. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

8.13. Comunicar à Contratada as eventuais irregularidades observadas na execução do objeto deste Termo para adoção das providências saneadoras.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.

9.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do

Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

9.4. Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração.

9.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

9.6. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.

9.7. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.

9.8. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço.

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou que se verifique no local dos serviços.

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.13. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

9.15. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

9.16. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.17. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

9.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.19. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.20. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

9.24. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

9.25. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, "a" e "b", do Anexo VII - F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

9.25.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

9.25.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

9.26. Comprovar, ao longo da vigência contratual, a regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte subcontratadas no decorrer da execução do contrato, quando se tratar da subcontratação prevista no artigo 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006.

9.27. Substituir a empresa subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.

9.28. Responsabilizar-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

9.29. Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência.

9.30. Acatar todas as orientações da Contratante, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização por parte do Contratante, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo prontamente às reclamações formuladas.

9.31. Comunicar imediatamente a Contratante toda e qualquer irregularidade observada em virtude da prestação dos serviços.

9.32. Manter, durante a vigência contratual, todas as condições de habilitação necessária à manutenção da contratação.

9.33. Realizar, diretamente com os servidores, o agendamento dos procedimentos a serem realizados.

9.34. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus ao Contratante.

9.35. Informar, por escrito, nome e telefone de seu preposto, com competência para representá-la, tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos, manter entendimentos e receber comunicações.

9.35.1. Toda comunicação que demande a solução de pendência terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para atendimento. O não cumprimento deste prazo implicará aplicação de penalidades.

9.36. Comunicar, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, os eventuais motivos que impliquem alteração do dia da prestação dos serviços.

9.37. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao Contratante.

9.38. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes em que venham a ser

vítimas os seus funcionários.

9.39. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais eventualmente causados pela ação ou omissão de seus funcionários, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, ao Contratante ou a terceiros;

9.40. Entregar a cada servidor as guias para a realização de todos os exames, informando os locais disponibilizados para a realização de todos os exames, bem como os procedimentos pré-exames.

9.41. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas contratuais, bem como as que regem a Administração.

9.42. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

9.43. Será de responsabilidade da Contratada, dirimir quaisquer dúvidas a respeito da execução dos exames, preparos, prazos, condutas, etc., disponibilizando um profissional habilitado ou um médico para tais questionamentos.

9.44. Caso algum profissional médico, de enfermagem ou mesmo administrativo, esteja descumprindo alguma orientação do código de conduta profissional do Ministério da Saúde; realizando alguma prática médica ou de enfermagem em desacordo com os preceitos e ensinamentos da profissão; esteja tratando algum servidor ou não prestando as devidas orientações aos servidores e sanando suas dúvidas a respeito da vacina de forma clara e cortês, o responsável técnico da contratada deverá proceder à devida orientação do profissional em questão. Na recorrência do erro ou na clara falta de habilidade e conhecimento de todos os profissionais envolvidos na prestação de serviços, este deverá ser substituído de forma rápida (para que o serviço prestados não sejam prejudicados) por outros profissionais da contratada que detenha o saber exigido.

9.45. Apresentar a autorização de funcionamento pela Vigilância Sanitária para a devida prestação do serviço.

9.46. Observar a vedação de veiculação de publicidade a respeito do Contrato firmado com a Administração, salvo com prévia autorização da Contratante.

9.47. Cumprir fielmente todas as cláusulas que definem a forma, regime, prazos, condições e exigências para a execução do objeto da contratação.

9.48. Apresentar à Contratante, para fins de pagamento, nota fiscal/fatura contendo discriminação dos serviços fornecidos.

9.49. Proceder o acondicionamento dos resíduos descartáveis conforme o estabelecido pela Anvisa durante o período da prestação do serviço, dentre outros o estabelecido na RDC 206/04.

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

10.2. A licitante vencedora, na execução do Contrato, sem prejuízo das responsabilidades e obrigações contratuais e legais, poderá subcontratar parte do serviço.

10.3. No caso de subcontratação do atendimento, a licitante vencedora deverá informar os responsáveis e assumir a inteira responsabilidade pelo atendimento e cumprimento do objeto do Contrato.

10.4. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

10.5. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

10.6. A empresa contratada se comprometerá a substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.

11. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

11.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

12. O CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

12.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

12.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

12.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

12.9. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

12.10. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

12.11. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

12.12. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

12.13. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

12.14. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

12.15. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços

deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

12.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

12.16.1. Registro diário da quantidade de procedimentos, exames e avaliações;

12.16.2. Listagem de possíveis intercorrências ocorridas durante o atendimento e/ou realização dos procedimentos.

12.17. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

12.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

13. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

13.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

13.2. No prazo de até 10 (dez) dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual.

13.3. O recebimento definitivo será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

13.3.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

13.3.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

13.3.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

13.3.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

13.4. O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base na quantidade de guias de exames executadas e assinadas por cada servidor.

13.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato ou Ata, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

14. DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 15 (quinze), contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

14.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

14.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.4. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

14.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período de prestação dos serviços;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

14.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

14.7. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- a) não produziu os resultados acordados;
- b) deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- c) deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

14.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.9. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

14.10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

14.11. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

14.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

14.13. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

14.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

14.14.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

14.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

14.16. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

14.17. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim

apurado:

$$I = (TX) \quad I = (6/10)/365$$
$$I = 0,00016438$$
$$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

15. REAJUSTE

15.1. Os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

16. GARANTIA DA EXECUÇÃO

16.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

a) Pela forma de contratação que é por demanda e pela forma de pagamento que acontece somente após a entrega definitiva do serviço, com ateste de Nota Fiscal pelo gestor do contrato, considera-se que o risco seja baixo para a Administração.

b) No Mapa de Risco não foi identificadas ações preventivas ou de contingência que pudessem ser sanadas com a utilização da garantia contratual.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

17.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

17.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

17.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

17.1.4. Comportar-se de modo inidôneo; e

17.1.5. Cometer fraude fiscal.

17.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

17.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

17.2.2. **Multa de:**

17.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

17.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

17.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

17.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2** abaixo; e

17.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

17.2.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

17.2.2.7. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

17.2.2.8. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

17.2.2.9. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

17.2.2.10. As sanções previstas nos subitens 17.2.1, 17.2.2.7, 17.2.2.8 e 17.2.2.9 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

17.2.2.11. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

| GRAU | CORRESPONDÊNCIA |
|-------------|---------------------------------------|
| 1 | 0,2% ao dia sobre o valor do contrato |
| 2 | 0,4% ao dia sobre o valor do contrato |
| 3 | 0,8% ao dia sobre o valor do contrato |
| 4 | 1,6% ao dia sobre o valor do contrato |
| 5 | 3,2% ao dia sobre o valor do contrato |

Tabela 2

| INFRAÇÃO | | |
|-----------------|---|-------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | GRAU |
| 1 | Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência; | 05 |
| 2 | Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento; | 04 |
| 3 | Servir-se de funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia; | 03 |
| 4 | Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia; | 02 |
| 5 | Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia. | 03 |

| Para os itens a seguir, deixar de: | | |
|---|--|----|
| 6 | Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia; | 01 |
| 7 | Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência; | 02 |
| 8 | Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia; | 01 |
| 9 | Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência; | 03 |
| 10 | Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato; | 01 |
| 11 | Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA. | 01 |

17.2.2.12. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

17.2.2.13. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

17.2.2.14. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

17.2.2.15. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

18.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

18.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

18.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

- a) Registro no Conselho Regional de Medicina do Estado onde se localiza sua matriz nos termos das Leis n.º 6.839, de 30 de outubro de 1980, e n.º 9.656, de 3 de julho de 1988 (Art. 3º do anexo de Resoluções CFM n.º 1.716/2004), possuir CART/CIE (Certidão de Anotação de Responsabilidade Técnica / Certificado de Inscrição de Empresa) referentes aos seus ambulatórios atualizados para o ano vigente, bem como, registro no Conselho Regional de Medicina de seu Diretor Técnico nos termos da Resolução CFM n.º 1.716/2004 e, ainda, estar em condições de regularidade com as obrigações estaduais e municipais de funcionamento sanitário.

b) Declarar que as clínicas médicas especializadas (de patologia clínica, de imagem, de oftalmologia, e outras que venham ser necessárias) terão, obrigatoriamente, registro no Conselho Regional de Medicina da localidade onde será prestado o serviço e Habilitação da ANVISA, e, preferencialmente, certificado de Acreditação do INMETRO, que deverá ser apresentado quando da assinatura do contrato;

c) Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando que o licitante executou ou está executando, a contento, pelo menos 30% (trinta por cento) de objeto pertinente e compatível com o desta licitação.

d) Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MP nº 05/2017.

e) Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 05/2017.

f) O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

18.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

a) Valor Global: R\$ 128.876,48 (cento e vinte e oito mil oitocentos e setenta e seis reais e quarenta e oito centavos).

b) Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

18.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

18.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

19. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

19.1. O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo: R\$ 128.876,48 (cento e vinte e oito mil oitocentos e setenta e seis reais e quarenta e oito centavos).

19.2. Tal valor foi obtido a partir de pesquisa de mercado conforme IN 05/2014, bem como por meio do PAINEL DE COMPRAS, Plataforma eletrônica de informações de compras públicas homologadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e Comprasnet e a pesquisa com os fornecedores. A metodologia da pesquisa seguiu as orientações dispostas no Caderno de Logística Pesquisa de Preços - 2017

20. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

20.1. A despesa total decorrente desta contratação correrá à conta da dotação orçamentária da CAPES, para o exercício de 2019, Elemento de despesa: 33903950 SERV.MEDICO-HOSPITAL.,ODONTOL.E LABORATORIAIS Ação 2000 PTRES: 136550, Fonte: 8100000000.

20.2. Neste objeto o CATSER para exames periódicos é nº22373. Exames e demais procedimentos: Avaliação clínica (Consulta médica, para avaliação dos resultados de exames e diagnóstico sobre a saúde ocupacional do servidor, em prontuário eletrônico, disponibilizado no sistema SIAPENET - Saúde - Módulo Periódicos). nº 22373; Hemograma completo nº 20184; Glicemia nº 20184 ; Rotina de Urina (EAS) nº 9040; Creatinina nº 21598 ; Colesterol total nº 21571 ; Triglicérides nº 20184 ; AST (TGO - Transaminase Glutâmico Oxalacética) nº8559 ; ALT (TGP - Transaminase Glutâmico Pirúvica) nº8567 ; Citologia oncótica (Papanicolau) nº21547 ; Consulta ginecológica para coleta de material nº13951; Avaliação Oftalmológica (avaliação de índice de refração, tonometria e fundo de olho) nº16594; Pesquisa de sangue oculto nas fezes (método imunocromatográfico) nº8940 ; Mamografia nº 9679 e PSA (Antígeno Prostático Específico) nº21563.

21. INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

21.1. A execução dos serviços será iniciada em até 10 dias após a assinatura da Ata de Registro de Preços, na forma que segue:

21.1.0.1. Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Capes estabelecerá, em conjunto com a Contratada, o cronograma de submissão dos servidores aos exames médicos periódicos, estabelecendo o período de realização dos exames laboratoriais, radiológicos, oftalmológicos e ginecológicos e das avaliações clínicas.

21.1.0.2. A coleta de material e os exames laboratoriais, radiológicos, oftalmológicos e ginecológicos deverão ser realizados pela Contratada na cidade de Brasília, no horário comercial, de 8h às 12h e de 14h às 18h, de segunda a sexta-feira, por profissionais habilitados, devidamente credenciados em seus respectivos órgãos profissionais, em clínicas ou laboratórios especializados, localizados próximos ao local de trabalho dos servidores.

21.1.0.3. O prazo para execução dos serviços será de 120 (cento e vinte) dias, com início previsto para outubro de 2019 e seguirá o cronograma que for estabelecido entre a Capes e a Contratada.



Documento assinado eletronicamente por **Davi Fernando de Camargo, Chefe de Divisão de Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida, Substituto(a)**, em 07/10/2019, às 11:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 25, inciso II, da Portaria nº 01/2016 da Capes.



Documento assinado eletronicamente por **Janaína Aparecida Calaça da Fonseca Araujo, Chefe de Divisão de Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida**, em 07/10/2019, às 11:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 25, inciso II, da Portaria nº 01/2016 da Capes.



Documento assinado eletronicamente por **Cláudia Garaza Barbieri, Coordenador(a) de Desenvolvimento de Pessoas**, em 07/10/2019, às 14:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 25, inciso II, da Portaria nº 01/2016 da Capes.



Documento assinado eletronicamente por **Adriano Mendes de Almeida, Coordenador(a)-Geral de Gestão de Pessoas**, em 08/10/2019, às 18:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 25, inciso II, da Portaria nº 01/2016 da Capes.



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Lozi da Rocha, Diretor(a) de Gestão**, em 09/10/2019, às 12:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 25, inciso II, da Portaria nº 01/2016 da Capes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.capes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1076767** e o código CRC **B67A3461**.



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INTRODUÇÃO

Em conformidade com o Art. 24 da Instrução Normativa nº 5 de 2017, emitida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a Equipe de Planejamento da Contratação deverá ser responsável por realizar os Estudos Técnicos Preliminares necessários a análise de sua viabilidade e o levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência ou Projeto Básico, de forma que melhor atenda às necessidades da Administração.

| IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO | | |
|--|------------------------------|------------------|
| Unidade/Setor/Depto: | DSO/CDP/CGGP/DGES | Data: 20/03/2019 |
| Equipe de Planejamento da Contratação | | |
| Membro 1: | Davi Fernando de Camargo | Siape: 1000495 |
| Membro 2: | Lucas Josijuan Abreu Bacurau | Siape: 2118998 |
| Período de trabalho: | 13/03/2019 a 10/07/2019 | |

1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1. Necessidade de negócio a ser atendida:

1.1.1. Os Exames Médicos Periódicos, disposto no art. 206-A, da Lei 8.112/1990, são parte integrante da Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal e integram um conjunto de avaliações necessárias ao acompanhamento da saúde dos servidores.

1.1.2. Estes exames objetivam prioritariamente a preservação da saúde, a partir da avaliação médica e a detecção precoce dos agravos, relacionados ou não ao trabalho, por meio de exames clínicos, avaliações clínicas, laboratoriais e de imagens, baseadas nos fatores de riscos aos quais os servidores poderão estar expostos no exercício das diversas atividades no serviço público federal. A prevenção por meio de diagnóstico tem se mostrado como uma das principais ferramentas para melhores práticas em saúde. As informações dos exames médicos periódicos comporão o perfil epidemiológico dos servidores públicos federais, sendo importante para subsidiar o desenvolvimento de ações de promoção à saúde, prevenção de agravos, bem como de ações de vigilância aos ambientes e processos de trabalho. Essas informações, preservado o sigilo, serão sistematizadas no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE, no Módulo de Exames Médicos Periódicos.

1.1.3. Os exames serão ofertados a 404 servidores entre homens e mulheres de todas as faixas etárias.

1.2. **Justificativa para a contratação:** A prevenção é a melhor política para a diminuição do número de servidores afastados por licença médica, caracterizando-se como ferramenta imprescindível para o tratamento mais efetivo de possíveis doenças podendo ainda prevenir complicações que possam afetar os servidores em suas vidas, bem como a capacidade produtiva dentro e fora do ambiente de trabalho. Além disso, exame médico periódico de saúde para o servidor público federal foi estabelecido no artigo 206-A da Lei nº 8.112/90 e regulamentado pelo Decreto 6.856, de 25 de maio de 2009 e pela Portaria Normativa SRH nº 04, de 15 de setembro de 2009.

1.3. **Alinhamento estratégico/ institucional para a contratação:** Os exames periódicos, pela sua própria característica preventiva, é imprescindível para o diagnóstico e acompanhamento de uma quantidade significativa de doenças. Com isso, a realização dos exames periódicos vai ao encontro de zelar pela saúde e bem-estar de toda a força de trabalho da CAPES e reduzir o absenteísmo decorrente de licenças médicas, evitando-se descontinuidade e/ou redução de qualidade dos serviços prestados pela Capes à sociedade. A Portaria SRH 783, de 7 de abril de 2011, estabelece a obrigatoriedade da utilização do módulo de Exames Médicos Periódicos do SIAPE-Saúde aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC (nº sei 0946580).

2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

2.1. **Dos elementos para o atendimento da necessidade:** Contratação de serviços para a realização de Exames Médicos Periódicos e emissão de Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), conforme o disposto no Decreto nº 6.856, de 25 de maio de 2009 (SEI nº 0919724), o qual Regulamenta o art. 206-A da lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 - Regime jurídico único, dispondo sobre os exames médicos periódicos de servidores.

2.2. **Definição e justificativa de caracterização do serviço:** Trata-se da contratação de empresa para prestação de serviços de realização do rol de exames listados a seguir, conforme regulamenta o Decreto nº 6.856, de 25 de maio de 2009:

- Avaliação clínica: consulta médica, para avaliação dos resultados de exames e diagnóstico sobre a saúde ocupacional do servidor, em prontuário eletrônico, disponibilizado no sistema SIAPENET - Saúde - Módulo Periódicos;
- Exames laboratoriais: Hemograma completo; Glicemia; Rotina de Urina (EAS); Creatinina; Colesterol total; Triglicérides; AST (TGO - Transaminase Glutâmico Oxalacética); ALT (TGP - Transaminase Glutâmico Pirúvica; Citologia oncótica (Papanicolaou); Pesquisa de sangue oculto nas fezes (método imunocromatográfico); PSA (Antígeno Prostático Específico).
- Consulta ginecológica para coleta de material;
- Avaliação Oftalmológica (avaliação de índice de refração, tonometria e fundo de olho);
- Mamografia.

2.2.1. Os serviços de realização dos exames médicos periódicos possuem natureza de serviço comum, uma vez que tais serviços possuem padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo ato convocatório, por meio de especificações usuais do mercado, conforme definição do art.14 IN nº 05/2017.

2.2.2. Os serviços de realização dos exames médicos periódicos deverão ser prestados em Brasília-DF, sendo que a avaliação clínica deverá ser prestada nas dependências do edifício sede da CAPES, localizado no Setor Bancário Norte, Quadra 02, Bloco L, Lote 06, Asa Norte - Brasília/DF.

2.3. **Práticas de sustentabilidade:** Os serviços serão prestados de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental contidos no Art. 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SLTI/MPOG e no Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República, no que couber.

2.3.1. Quanto ao gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde, a contratada deverá obedecer às disposições do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde - PGRSS elaborado pelo órgão, além de obedecer às diretrizes constantes da Lei nº 12.305, de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos; Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005 e RDC 306, de 07/12/2004 - ANVISA:

a) os resíduos de serviços de saúde devem ser acondicionados atendendo às exigências legais referentes ao meio ambiente, à saúde e à limpeza urbana, e às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 7.500 ABNT;

b) os resíduos de serviços de saúde devem ser armazenados atendendo às exigências legais referentes ao meio ambiente, à saúde e à limpeza urbana, e às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT - NBR12235;

c) a coleta e o transporte de resíduos de serviços de saúde devem atender às exigências legais e às normas da ABNT - NBR12.810 e NBR14652;

d) as estações para transferência de resíduos de serviços de saúde devem estar licenciadas pelo órgão ambiental competente e manter as características originais de acondicionamento, sendo vedada a abertura, rompimento ou transferência do conteúdo de uma embalagem para outra;

e) a destinação ambiental dos resíduos de saúde deve observar a lei 12.305/10, legislação e normas ambientais incidentes.

f) os resíduos pertencentes ao Grupo A do Anexo I da Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005, não podem ser reciclados, reutilizados ou reaproveitados, inclusive para alimentação animal.

f.1) os resíduos pertencentes ao Grupo A1 do Anexo I da Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005, devem ser submetidos a processo de tratamento que promova redução de carga microbiana compatível com nível III de inativação e devem ser encaminhados para aterro sanitário licenciado ou local devidamente licenciado para disposição final de resíduos dos serviços de saúde.

f.2) os resíduos pertencentes ao Grupo A4 do Anexo I da Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005, podem ser encaminhados sem tratamento prévio para local devidamente licenciado para a disposição final de resíduos dos serviços de saúde, a não ser que haja exigência de tratamento prévio por parte dos órgãos ambientais estaduais e municipais.

f.3) os resíduos pertencentes ao Grupo A5 do Anexo I da Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005, devem ser submetidos a tratamento específico orientado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. 03/05/2018 <https://sapiens.agu.gov.br/documento/129447916>

g) os resíduos pertencentes ao Grupo E do Anexo I da Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005, devem ser apresentados para coleta acondicionados em coletores estanques, rígidos e hígidos, resistentes à ruptura, à punctura, ao corte ou à escarificação, e ter tratamento específico de acordo com a contaminação química, biológica ou radiológica.

g.1) os resíduos com contaminação biológica devem seguir as orientações relativas aos resíduos do Grupo A1 e A4.

2.4. **Dos prazos da contratação/ prestação dos serviços:**

2.5. O ideal é que a contratação ocorra até o fim do mês setembro de para que os exames possam ser realizados durante os meses de outubro, novembro e dezembro de 2019.

2.6. Os serviços deverão ser realizados de acordo com o cronograma definido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior posteriormente à assinatura do contrato.

2.7. A coleta de material e os exames laboratoriais, radiológicos, oftalmológicos e ginecológicos deverão ser realizados por profissionais habilitados, devidamente credenciados em seus respectivos órgãos profissionais, em clínicas ou laboratórios especializados, localizados próximos ao local de trabalho dos servidores.

2.7.1. As avaliações clínicas serão realizadas, em datas e locais a serem definidos pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas da Capes. Os exames laboratoriais serão realizados pela Contratada na cidade de Brasília, no horário comercial, de 8h às 12h e de 14h às 18h, de segunda a sexta-feira. Tal exigência se justifica uma vez que os servidores realizarão os exames durante o horário de expediente, e deverão se deslocar da Capes para o local de realização dos exames.

2.8. **Da transição contratual:** Não se aplica.

3. **DISPONIBILIDADES DE MERCADO**

3.1. **Descrição geral da contratação analisada:** Prestação do serviço de realização dos exames médicos periódicos dos servidores ativos da CAPES, conforme disposto no artigo 206-A da Lei nº 8.112/90 e regulamentado pelo Decreto 6.856, de 25 de maio de 2009 e pela Portaria Normativa SRH nº 04, de 15 de setembro de 2009.

3.2. **Descrição específica da solução:** Prestação do serviço de realização dos exames médicos periódicos dos servidores ativos da CAPES, conforme disposto no artigo 206-A da Lei nº 8.112/90 e regulamentado pelo Decreto 6.856, de 25 de maio de 2009 e pela Portaria Normativa SRH nº 04, de 15 de setembro de 2009, nas quantidades especificadas, por tipo de exame, na Tabela 1 a seguir:

Tabela 1. Quantitativo estimado por consulta/exame.

| Descrição | Quantidade |
|--|------------|
| Avaliação clínica (Consulta médica, para avaliação dos resultados de exames e diagnóstico sobre a saúde ocupacional do servidor, em prontuário eletrônico, disponibilizado no sistema SIAPENET - Saúde - Módulo Periódicos). | 404 |
| Hemograma completo | 404 |
| Glicemia | 404 |
| Rotina de Urina (EAS) | 404 |
| Creatinina | 404 |
| Colesterol total | 404 |
| Triglicérides | 404 |
| AST (TGO - Transaminase Glutâmico Oxalacética) | 404 |
| ALT (TGP - Transaminase Glutâmico Pirúvica) | 404 |
| Citologia oncológica (Papanicolaou) | 220 |
| Consulta ginecológica para coleta de material | 220 |
| Avaliação Oftalmológica (avaliação de índice de refração, tonometria e fundo de olho) | 112 |
| Pesquisa de sangue oculto nas fezes (método imunocromatográfico) | 80 |
| Mamografia | 44 |
| PSA (Antígeno Prostático Específico) | 36 |

3.2.0.1. **Entidade/ meio de consulta:** PAINEL DE COMPRAS, Plataforma eletrônica de informações de compras públicas homologadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e Comprasnet e a pesquisa com os fornecedores.

3.3. A metodologia da presente pesquisa seguiu as orientações dispostas no Caderno de Logística Pesquisa de Preços - 2017.

3.4. De acordo com a IN 5/2014, a pesquisa de preços será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros:

- I. Painel de Preços disponível no endereço eletrônico <http://paineldeprecos.planejamento.gov.br>;
- II. contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídas nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços;
- III. pesquisa publicada em mídia especializada, sites eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso; ou
- IV. pesquisa com os fornecedores, desde que as datas das pesquisas não se diferenciem em mais de 180 (cento e oitenta) dias. Importante destacar que a norma estabelece a preferência pelo uso do Painel de Preços e pelas pesquisas em contratações similares de outros entes públicos.

3.4.0.1. Período validade/ vigência: Verificado no período entre 28/06/2019 e 04/07/2019, nas compras referentes aos anos de 2019 no âmbito federal.

3.4.0.2. **Item 1. Pesquisa de sangue oculto nas fezes.**

3.4.0.3. Fornecedores: WORK TEMPORARY SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA; LABORATÓRIO CARLOS CHAGAS - PAULA E GUIMARÃES LTDA ; CLINICA DRª MARIA HELENA MAGALHÃES ALBUQUERQUE LTDA; AMBRAC - ATENDIMENTO MÉDICO AMBULATORIAL LTDA; SANO MEDICINA E ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO; MULTILIFE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO E PREVERMED - MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO.

3.4.0.4. Valor Global: R\$ 952,00

3.4.1. **Descrição específica da solução:** Prestação de serviços, realização de exames periódicos de saúde: Exames laboratoriais, de imagem, avaliação oftalmológica e ginecológica e avaliação médica. Quantidade estimada, coleta de fezes, 80 exames.

3.4.1.1. Entidade/ meio de consulta: PAINEL DE COMPRAS, Plataforma eletrônica de informações de compras públicas homologadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e Comprasnet.

3.5. Ainda assim, a metodologia da presente pesquisa seguiu as orientações dispostas no Caderno de Logística Pesquisa de Preços - 2017.

3.6. De acordo com a IN 5/2014, a pesquisa de preços será realizada mediante a utilização dos parâmetros anteriormente citados no item 3.4 do respectivo documento.

3.6.0.1. Período validade/ vigência: Verificado a partir do dia 05 de fevereiro de 2019 a 01 de julho de 2019, compras referentes ao ano de 2019 no âmbito federal.

3.6.1. **Item 2. Rotina de urina (EAS).**

3.6.2. Fornecedores: WORK TEMPORARY SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA; LABORATÓRIO CARLOS CHAGAS - PAULA E GUIMARÃES LTDA ; CLINICA DRª MARIA HELENA MAGALHÃES ALBUQUERQUE LTDA; AMBRAC - ATENDIMENTO MÉDICO AMBULATORIAL LTDA; SANO MEDICINA E ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO; MULTILIFE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO E PREVERMED - MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO.

3.6.3. Valor Global: R\$ 5.264,12

3.6.4. **Descrição específica da solução:** Prestação de serviços, realização de exames periódicos de saúde: Exames laboratoriais, de imagem, avaliação oftalmológica e ginecológica e avaliação médica. Quantidade estimada, coleta de rotina de urina (EAS) 404 exames.

3.6.4.1. Entidade/ meio de consulta: PAINEL DE COMPRAS Plataforma eletrônica de informações de compras públicas homologadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e Comprasnet.

3.7. Ainda assim, a metodologia da presente pesquisa seguiu as orientações dispostas no Caderno de Logística Pesquisa de Preços - 2017.

3.8. De acordo com a IN 5/2014, a pesquisa de preços será realizada mediante a utilização dos parâmetros anteriormente citados no item 3.4 do respectivo documento.

3.8.0.1. Período validade/ vigência: Verificado a partir do dia 05 de fevereiro de 2019 a 01 de julho de 2019, compras referentes ao ano de 2019 no âmbito federal.

3.8.0.2. **Item 3. Exame de sangue-creatinina.**

3.8.0.3. Fornecedores: WORK TEMPORARY SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA; LABORATÓRIO CARLOS CHAGAS - PAULA E GUIMARÃES LTDA ; CLINICA DRª MARIA HELENA MAGALHÃES ALBUQUERQUE LTDA; AMBRAC - ATENDIMENTO MÉDICO AMBULATORIAL LTDA; SANO MEDICINA E ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO; MULTILIFE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO E PREVERMED - MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO.

3.8.0.4. Valor Global: R\$ 3.906,68

3.8.1. **Descrição específica da solução:** Prestação de serviços, realização de exames periódicos de saúde: Exames laboratoriais, de imagem, avaliação oftalmológica e ginecológica e avaliação médica. Quantidade estimada, Exame de sangue-creatinina, , 404 exames.

3.8.1.1. Entidade/ meio de consulta: PAINEL DE PREÇOS, Plataforma eletrônica de informações de compras públicas homologadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e Comprasnet.

3.9. Ainda assim, a metodologia da presente pesquisa seguiu as orientações dispostas no Caderno de Logística Pesquisa de Preços - 2017.

3.10. De acordo com a IN 5/2014, a pesquisa de preços será realizada mediante a utilização dos parâmetros anteriormente citados no item 3.4 do respectivo documento.

3.10.0.1. Período validade/ vigência: Verificado a partir do dia 05 de fevereiro de 2019 a 01 de julho de 2019, compras referentes ao ano de 2019 no âmbito federal.

3.10.0.2. **Item 4. Avaliação oftalmológica.**

3.10.0.3. Fornecedores: WORK TEMPORARY SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA; LABORATÓRIO CARLOS CHAGAS - PAULA E GUIMARÃES LTDA; CLINICA DRª MARIA HELENA MAGALHÃES ALBUQUERQUE LTDA; AMBRAC - ATENDIMENTO MÉDICO AMBULATORIAL LTDA; SANO MEDICINA E ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO; MULTILIFE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO E PREVERMED - MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO.

3.10.0.4. Valor Global: R\$ 17.085,60

3.10.1. **Descrição específica da solução:** Prestação de serviços, realização de exames periódicos de saúde: Exames laboratoriais, de imagem, avaliação oftalmológica e ginecológica e avaliação médica. Quantidade estimada, avaliação oftalmológica, 112 avaliações.

3.10.1.1. Entidade/ meio de consulta: PAINEL DE COMPRAS, Plataforma eletrônica de informações de compras públicas homologadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e Comprasnet.

3.11. Ainda assim, a metodologia da presente pesquisa seguiu as orientações dispostas no Caderno de Logística Pesquisa de Preços - 2017.

3.12. De acordo com a IN 5/2014, a pesquisa de preços será realizada mediante a utilização dos parâmetros anteriormente citados no item 3.4 do respectivo documento.

3.12.0.1. Período validade/ vigência: Verificado a partir do dia 05 de fevereiro de 2019 a 01 de julho de 2019, compras referentes ao ano de 2019 no âmbito federal.

3.12.1. **Item 5. Mamografia**

3.12.2. Fornecedores: WORK TEMPORARY SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA; LABORATÓRIO CARLOS CHAGAS - PAULA E GUIMARÃES LTDA ; CLINICA DRª MARIA HELENA MAGALHÃES ALBUQUERQUE LTDA; AMBRAC - ATENDIMENTO MÉDICO AMBULATORIAL LTDA; SANO MEDICINA E ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO; MULTILIFE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO E PREVERMED - MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO.

3.12.2.1. Valor Global: R\$ 2.093,40

3.12.3. **Descrição específica da solução:** Prestação de serviços, realização de exames periódicos de saúde: Exames laboratoriais, de imagem, avaliação oftalmológica e ginecológica e avaliação médica. Quantidade estimada, mamografia, 44 exames.

3.12.3.1. Entidade/ meio de consulta: PAINEL DE COMPRAS, Plataforma eletrônica de informações de compras públicas homologadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e Comprasnet.

3.13. Ainda assim, a metodologia da presente pesquisa seguiu as orientações dispostas no Caderno de Logística Pesquisa de Preços - 2017.

3.14. De acordo com a IN 5/2014, a pesquisa de preços será realizada mediante a utilização dos parâmetros anteriormente citados no item 3.4 do respectivo documento.

3.14.0.1. Período validade/ vigência: Verificado a partir do dia 05 de fevereiro de 2019 a 01 de julho de 2019, compras referentes ao ano de 2019 no âmbito federal.

3.14.0.2. **Item 6. Exame de sangue-colesterol total.**

3.14.0.3. Fornecedores: WORK TEMPORARY SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA; LABORATÓRIO CARLOS CHAGAS - PAULA E GUIMARÃES LTDA; CLINICA DRª MARIA HELENA MAGALHÃES ALBUQUERQUE LTDA; AMBRAC - ATENDIMENTO MÉDICO AMBULATORIAL LTDA; SANO MEDICINA E ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO; MULTILIFE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO E PREVERMED - MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO.

3.14.0.4. Valor Global: R\$ 6.807,40

3.14.1. **Descrição específica da solução:** Prestação de serviços, realização de exames periódicos de saúde: Exames laboratoriais, de imagem, avaliação oftalmológica e ginecológica e avaliação médica. Quantidade estimada, de exames de sangue-colesterol total, 404 exames (sei n°)

3.14.1.1. Entidade/ meio de consulta: PAINEL DE COMPRAS, Plataforma eletrônica de informações de compras públicas homologadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e Comprasnet.

3.15. Ainda assim, a metodologia da presente pesquisa seguiu as orientações dispostas no Caderno de Logística Pesquisa de Preços - 2017.

3.16. De acordo com a IN 5/2014, a pesquisa de preços será realizada mediante a utilização dos parâmetros anteriormente citados no item 3.4 do respectivo documento.

3.16.0.1. Período validade/ vigência: Verificado a partir do dia 05 de fevereiro de 2019 a 01 de julho de 2019, compras referentes ao ano de 2019 no âmbito federal.

3.16.0.2. **Item 7. Exame de sangue-TGP.**

3.16.0.3. Fornecedores: WORK TEMPORARY SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA; LABORATÓRIO CARLOS CHAGAS - PAULA E GUIMARÃES LTDA; CLINICA DRª MARIA HELENA MAGALHÃES ALBUQUERQUE LTDA; AMBRAC - ATENDIMENTO MÉDICO AMBULATORIAL LTDA; SANO MEDICINA E ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO; MULTILIFE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO E PREVERMED - MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO.

3.16.0.4. Valor Global: R\$ 3.535,00

3.16.1. **Descrição específica da solução:** Prestação de serviços, realização de exames periódicos de saúde: Exames laboratoriais, de imagem, avaliação oftalmológica e ginecológica e avaliação médica. Quantidade estimada, de exames de sangue-TGP total, 404 exames.

3.16.1.1. Entidade/ meio de consulta: PAINEL DE COMPRAS, Plataforma eletrônica de informações de compras públicas homologadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e Comprasnet.

3.17. Ainda assim, a metodologia da presente pesquisa seguiu as orientações dispostas no Caderno de Logística Pesquisa de Preços - 2017.

3.18. De acordo com a IN 5/2014, a pesquisa de preços será realizada mediante a utilização dos parâmetros anteriormente citados no item 3.4 do respectivo documento.

3.18.0.1. Período validade/ vigência: Verificado a partir do dia 05 de fevereiro de

2019 a 01 de julho de 2019, compras referentes ao ano de 2019 no âmbito federal.

3.18.0.2. **Item 8. Avaliação ginecológica.**

3.18.0.3. Fornecedores: WORK TEMPORARY SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA; LABORATÓRIO CARLOS CHAGAS - PAULA E GUIMARÃES LTDA; CLINICA DRª MARIA HELENA MAGALHÃES ALBUQUERQUE LTDA ; AMBRAC - ATENDIMENTO MÉDICO AMBULATORIAL LTDA; SANO MEDICINA E ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO; MULTILIFE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO E PREVERMED - MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO.

3.18.0.4. Valor Global: R\$ 31.310,40

3.18.1. Descrição específica da solução: Prestação de serviços, realização de exames periódicos de saúde: Exames laboratoriais, de imagem, avaliação oftalmológica e ginecológica e avaliação médica. Quantidade estimada, de avaliações ginecológicas, 120 avaliações.

3.18.2. Entidade/ meio de consulta: PAINEL DE COMPRAS, Plataforma eletrônica de informações de compras públicas homologadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e Comprasnet.

3.19. Ainda assim, a metodologia da presente pesquisa seguiu as orientações dispostas no Caderno de Logística Pesquisa de Preços - 2017.

3.20. De acordo com a IN 5/2014, a pesquisa de preços será realizada mediante a utilização dos parâmetros anteriormente citados no item 3.4 do respectivo documento.

3.20.1. Período validade/ vigência: Verificado a partir do dia 05 de fevereiro de 2019 a 01 de julho de 2019, compras referentes ao ano de 2019 no âmbito federal.

3.20.2. **Item 9. Avaliação/consulta médica.**

3.20.3. Fornecedores: WORK TEMPORARY SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA; LABORATÓRIO CARLOS CHAGAS - PAULA E GUIMARÃES LTDA; CLINICA DRª MARIA HELENA MAGALHÃES ALBUQUERQUE LTDA; AMBRAC - ATENDIMENTO MÉDICO AMBULATORIAL LTDA; SANO MEDICINA E ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO; MULTILIFE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO E PREVERMED - MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO.

3.20.3.1. Valor Global: R\$ R\$ 18.289,08

3.20.4. Descrição específica da solução: Prestação de serviços, realização de exames periódicos de saúde: Exames laboratoriais, de imagem, avaliação oftalmológica e ginecológica e avaliação médica. Quantidade estimada, de avaliações, avaliações/consultas médicas, 404 avaliações.

3.20.4.1. Entidade/ meio de consulta: PAINEL DE COMPRAS, Plataforma eletrônica de informações de compras públicas homologadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e Comprasnet.

3.21. Ainda assim, a metodologia da presente pesquisa seguiu as orientações dispostas no Caderno de Logística Pesquisa de Preços - 2017.

3.22. De acordo com a IN 5/2014, a pesquisa de preços será realizada mediante a utilização dos parâmetros anteriormente citados no item 3.4 do respectivo documento.

3.22.0.1. Período validade/ vigência: Verificado a partir do dia 05 de fevereiro de 2019 a 01 de julho de 2019, compras referentes ao ano de 2019 no âmbito federal.

3.22.0.2. **Item 10. de sangue-PSA**

3.22.0.3. Fornecedores: WORK TEMPORARY SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA; LABORATÓRIO CARLOS CHAGAS - PAULA E GUIMARÃES LTDA; CLINICA DRª MARIA HELENA MAGALHÃES ALBUQUERQUE LTDA; AMBRAC - ATENDIMENTO MÉDICO AMBULATORIAL LTDA; SANO MEDICINA E ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO; MULTILIFE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO E PREVERMED - MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO.

3.22.0.4. Valor Global: R\$ 2.093,40

3.22.1. Descrição específica da solução: Prestação de serviços, realização de exames periódicos de saúde: Exames laboratoriais, de imagem, avaliação oftalmológica e ginecológica e avaliação médica. Quantidade estimada, de exames, 36 exames.

3.22.1.1. Entidade/ meio de consulta: PAINEL DE COMPRAS, Plataforma eletrônica de informações de compras públicas homologadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e Comprasnet.

3.23. Ainda assim, a metodologia da presente pesquisa seguiu as orientações dispostas no Caderno de Logística Pesquisa de Preços - 2017.

3.24. De acordo com a IN 5/2014, a pesquisa de preços será realizada mediante a utilização dos parâmetros anteriormente citados no item 3.4 do respectivo documento.

3.24.0.1. Período validade/ vigência: Verificado a partir do dia 05 de fevereiro de 2019 a 01 de julho de 2019, compras referentes ao ano de 2019 no âmbito federal.

3.24.0.2. **Item 11. Exame de sangue triglicérides**

3.24.0.3. Fornecedores: WORK TEMPORARY SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA; LABORATÓRIO CARLOS CHAGAS - PAULA E GUIMARÃES LTDA; CLINICA DRª MARIA HELENA MAGALHÃES ALBUQUERQUE LTDA; AMBRAC - ATENDIMENTO MÉDICO AMBULATORIAL LTDA; SANO MEDICINA E ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO; MULTILIFE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO E PREVERMED - MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO.

3.24.0.4. Valor Global: R\$ 4.658,12

3.24.1. Descrição específica da solução: Prestação de serviços, realização de exames periódicos de saúde: Exames laboratoriais, de imagem, avaliação oftalmológica e ginecológica e avaliação médica. Quantidade estimada, de exames, 404 exames.

3.24.1.1. Entidade/ meio de consulta: PAINEL DE COMPRAS, Plataforma eletrônica de informações de compras públicas homologadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e Comprasnet.

3.25. Ainda assim, a metodologia da presente pesquisa seguiu as orientações dispostas no Caderno de Logística Pesquisa de Preços - 2017.

3.26. De acordo com a IN 5/2014, a pesquisa de preços será realizada mediante a utilização dos parâmetros anteriormente citados no item 3.4 do respectivo documento.

3.26.0.1. Período validade/ vigência: Verificado a partir do dia 05 de fevereiro de 2019 a 01 de julho de 2019, compras referentes ao ano de 2019 no âmbito federal.

3.26.0.2. **Item 12. exame de sangue glicemia.**

3.26.0.3. Fornecedores: WORK TEMPORARY SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA; LABORATÓRIO CARLOS CHAGAS - PAULA E GUIMARÃES LTDA; CLINICA DRª MARIA HELENA MAGALHÃES ALBUQUERQUE LTDA ; AMBRAC - ATENDIMENTO MÉDICO AMBULATORIAL LTDA; SANO MEDICINA E ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO; MULTILIFE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO E PREVERMED - MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO.

3.26.0.4. Valor Global: R\$ 3.979,40

3.26.1. Descrição específica da solução: Prestação de serviços, realização de exames periódicos de saúde: Exames laboratoriais, de imagem, avaliação oftalmológica e ginecológica e avaliação médica. Quantidade estimada, de exames, 404 exames.

3.26.1.1. Entidade/ meio de consulta: PAINEL DE COMPRAS, Plataforma eletrônica de informações de compras públicas homologadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e Comprasnet.

3.27. Ainda assim, a metodologia da presente pesquisa seguiu as orientações dispostas no Caderno de Logística Pesquisa de Preços - 2017.

3.28. De acordo com a IN 5/2014, a pesquisa de preços será realizada mediante a utilização dos parâmetros anteriormente citados no item 3.4 do respectivo documento.

3.28.0.1. Período validade/ vigência: Verificado a partir do dia 05 de fevereiro de 2019 a 01 de julho de 2019, compras referentes ao ano 2019 no âmbito federal.

3.28.1. **Item 13. Exame de sangue-TGO**

3.28.2. Fornecedores: WORK TEMPORARY SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA; LABORATÓRIO CARLOS CHAGAS - PAULA E GUIMARÃES LTDA; CLINICA DRª MARIA HELENA MAGALHÃES ALBUQUERQUE LTDA; AMBRAC - ATENDIMENTO MÉDICO AMBULATORIAL LTDA; SANO MEDICINA E ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO; MULTILIFE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO E PREVERMED - MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO.

3.28.2.1. Valor Global: R\$ 3.559,24

3.28.3. Descrição específica da solução: Prestação de serviços, realização de exames periódicos de saúde: Exames laboratoriais, de imagem, avaliação oftalmológica e ginecológica e avaliação médica. Quantidade estimada, de exames, 404 exames.

3.28.3.1. Entidade/ meio de consulta: PAINEL DE COMPRAS, Plataforma eletrônica de informações de compras públicas homologadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e Comprasnet.

3.29. Ainda assim, a metodologia da presente pesquisa seguiu as orientações dispostas no Caderno de Logística Pesquisa de Preços - 2017.

3.30. De acordo com a IN 5/2014, a pesquisa de preços será realizada mediante a utilização dos parâmetros anteriormente citados no item 3.4 do respectivo documento.

3.30.0.1. Período validade/ vigência: Verificado a partir do dia 05 de fevereiro de 2019 a 01 de julho de 2019, compras referentes ao ano de 2019 no âmbito federal.

3.30.0.2. Item 14. Exame de sangue-hemograma.

3.30.0.3. Fornecedores: WORK TEMPORARY SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA; LABORATÓRIO CARLOS CHAGAS - PAULA E GUIMARÃES LTDA; CLINICA DRª MARIA HELENA MAGALHÃES ALBUQUERQUE LTDA ; AMBRAC - ATENDIMENTO MÉDICO AMBULATORIAL LTDA; SANO MEDICINA E ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO; MULTILIFE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO E PREVERMED - MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO.

3.30.0.4. Valor Global: R\$ 5.930,72

3.30.1. Descrição específica da solução: Prestação de serviços, realização de exames periódicos de saúde: Exames laboratoriais, de imagem, avaliação oftalmológica e ginecológica e avaliação médica. Quantidade estimada, de exames, 404 exames.

3.30.1.1. Entidade/ meio de consulta: PAINEL DE COMPRAS, Plataforma eletrônica de informações de compras públicas homologadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e Comprasnet.

3.31. Ainda assim, a metodologia da presente pesquisa seguiu as orientações dispostas no Caderno de Logística Pesquisa de Preços - 2017.

3.32. De acordo com a IN 5/2014, a pesquisa de preços será realizada mediante a utilização dos parâmetros anteriormente citados no item 3.4 do respectivo documento.

3.32.0.1. Período validade/ vigência: Verificado a partir do dia 05 de fevereiro de 2019 a 01 de julho de 2019, compras referentes ao ano de 2019 no âmbito federal.

3.32.1. Item 15. Citologia Oncótica (Papanicolau).

3.32.2. Fornecedores: WORK TEMPORARY SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA; LABORATÓRIO CARLOS CHAGAS - PAULA E GUIMARÃES LTDA; CLINICA DRª MARIA HELENA MAGALHÃES ALBUQUERQUE LTDA; AMBRAC - ATENDIMENTO MÉDICO AMBULATORIAL LTDA; SANO MEDICINA E ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO; MULTILIFE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO E PREVERMED - MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO.

3.32.2.1. Valor Global: R\$ 16.233,80

3.32.3. Descrição específica da solução: Prestação de serviços, realização de exames periódicos de saúde: Exames laboratoriais, de imagem, avaliação oftalmológica e ginecológica e avaliação médica. Quantidade estimada de exames, 220 exames.

3.32.3.1. Entidade/ meio de consulta: PAINEL DE COMPRAS, Plataforma eletrônica de informações de compras públicas homologadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e Comprasnet.

3.33. Ainda assim, a metodologia da presente pesquisa seguiu as orientações dispostas no Caderno de Logística Pesquisa de Preços - 2017.

3.34. De acordo com a IN 5/2014, a pesquisa de preços será realizada mediante a utilização dos parâmetros anteriormente citados no item 3.4 do respectivo documento.

3.34.0.1. Período validade/ vigência: Verificado a partir do dia 05 de fevereiro de 2019 a 01 de julho de 2019, compras referentes ao ano de 2019 no âmbito federal.

4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES/ PREÇOS

4.1. Memorial descritivo de cálculo: Após levantamento do quantitativo de pessoas que trabalham na CAPES, constatou-se que há aproximadamente 404 servidores e comissionados (divididos conforme as tabelas abaixo). Assim, a equipe de planejamento da contratação promoveu pesquisa de preços, considerando a estimativa de se realizar 4.348 procedimentos, sendo esses divididos em 15 itens para realização de exames periódicos para o ano de 2019.

4.2.

4.3. Tabela 2. Quantitativo de servidores ativos, sexo e faixa etária.

| Servidores ativos na CAPES | Faixa etária (anos) | | | Total |
|----------------------------|---------------------|-----------------|-----------------|-------|
| | De 18 a 44 anos | De 45 a 49 anos | 50 anos ou mais | |
| Feminino | 151 | 12 | 37 | 370 |
| Masculino | 124 | 17 | 29 | |
| Total Geral | 275 | 29 | 66 | |

4.4. Tabela 3. Quantitativo de comissionados, sexo e faixa etária.

| Comissionados | Faixa etária (anos) | | | Total |
|--------------------|---------------------|-----------------|-----------------|-----------|
| | De 18 a 44 anos | De 45 a 49 anos | 50 anos ou mais | |
| Feminino | 2 | 0 | 5 | 7 |
| Masculino | 0 | 1 | 4 | 5 |
| Total Geral | 2 | 1 | 9 | 12 |

4.5.

4.6. Métodos de cálculos: A pesquisa de preços foi realizada com base nos valores obtidos junto ao Painel de compras do Sistema de Compras do Governo Federal (<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/painel-de-compras-de-governo>) e a junto aos fornecedores. Além disso, a formação dos preços seguiu as orientações dispostas no Caderno de Logística Pesquisa de Preços - 2017.

4.7. De acordo com a IN 5/2014, a pesquisa de preços será realizada mediante a utilização dos parâmetros anteriormente citados no item 3.4 do respectivo documento.

4.8. Considerando os itens descritos no decreto n° 8556 (n°SEI 0919724) e multiplicado, conforme o sexo e faixa etária obtendo um quantitativo global estimado de 4.348 procedimentos.

4.9. Tabela 4. Procedimentos, fornecedores, valores e valor médio unitário.

| Fornecedores | | | | | | | | | |
|-----------------------|--|---|--|--|--|---|--|---|----------------|
| procedimento | WORK TEMPORARY SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. (sei n°1006358) | WORK TEMPORARY SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA (sei n°1006364) | LABORATÓRIO CARLOS CHAGAS - PAULA E GUIMARÃES LTDA (sei n°1006370) | CLINICA DRª MARIA HELENA MAGALHÃES ALBUQUERQUE LTDA. (sei n°1006374) | AMBRAC - ATENDIMENTO MÉDICO AMBULATORIAL LTDA. (sei n°1006417) | SANO MEDICINA E ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO (sei n°1006398) | MULTILIFE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO (sei n°1006392) | PREVERMED - MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO. (sei n°1006409) | Média unitária |
| Avaliação clínica | R\$ - | R\$ 104,37 | R\$ - | R\$ - | R\$ 20,00 | R\$ 32,00 | R\$ 35,00 | R\$ 35,00 | R\$ 45,27 |
| Hemograma completo | R\$ 17,00 | R\$ 10,55 | R\$ 8,99 | R\$ 8,89 | R\$ 15,00 | R\$ 18,00 | R\$ 18,00 | R\$ 21,00 | R\$ 14,68 |
| Glicemia | R\$ 9,00 | R\$ 6,97 | R\$ 4,86 | R\$ 8,97 | R\$ 13,00 | R\$ 12,00 | R\$ 8,00 | R\$ 16,00 | R\$ 9,85 |
| Rotina de Urina (EAS) | R\$ - | R\$ 9,14 | R\$ 6,61 | R\$ 9,43 | R\$ 13,00 | R\$ 12,00 | R\$ 9,00 | R\$ 32,00 | R\$ 13,03 |
| Creatinina | R\$ 8,80 | R\$ 5,43 | R\$ 4,35 | R\$ - | R\$ 13,00 | R\$ 10,00 | R\$ 10,10 | R\$ 16,00 | R\$ 9,67 |
| Colesterol total | R\$ 8,83 | R\$ 22,43 | R\$ 23,52 | R\$ 35,90 | R\$ 11,00 | R\$ 10,00 | R\$ 7,10 | R\$ 16,00 | R\$ 16,85 |

| | | | | | | | | | |
|-------------------------|------------|------------|-----------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Triglicérides | R\$ 13,50 | R\$ 11,03 | R\$ 5,16 | R\$ 10,47 | R\$ 13,00 | R\$ 13,00 | R\$ 10,10 | R\$ 16,00 | R\$ 11,53 |
| Ast (tgo) | R\$ 8,45 | R\$ 6,22 | R\$ 4,99 | R\$ 9,73 | R\$ 13,00 | R\$ 10,00 | R\$ 7,10 | R\$ 11,00 | R\$ 8,81 |
| Ast (tgp) | R\$ 8,30 | R\$ 5,88 | R\$ 4,99 | R\$ 9,73 | R\$ 13,00 | R\$ 10,00 | R\$ 7,10 | R\$ 11,00 | R\$ 8,75 |
| Papanicolaou | R\$ - | R\$ 99,29 | R\$ 27,33 | R\$ 39,07 | R\$ 200,00 | R\$ 50,00 | R\$ 40,82 | R\$ 60,00 | R\$ 73,79 |
| Consulta ginecológica | R\$ - | R\$ 99,29 | R\$ - | R\$ - | R\$ - | R\$ 200,00 | R\$ 110,00 | R\$ 160,00 | R\$ 142,32 |
| Avaliação Oftalmológica | R\$ 184,17 | R\$ 93,66 | R\$ - | R\$ 200,00 | R\$ 200,00 | R\$ 120,00 | R\$ 110,00 | R\$ 160,00 | R\$ 152,55 |
| Fezes | R\$ 8,46 | R\$ 15,20 | R\$ 12,82 | - | R\$ 18,00 | R\$ 7,00 | R\$ 5,83 | R\$ 16,00 | R\$ 11,90 |
| Mamografia | R\$ - | R\$ 133,36 | R\$ - | R\$ 154,13 | R\$ 110,00 | R\$ - | R\$ 60,00 | R\$ 160,00 | R\$ 119,58 |
| Psa | R\$ - | R\$ 64,81 | R\$ 27,16 | R\$ 31,45 | R\$ 52,00 | R\$ 36,00 | R\$ 75,60 | R\$ 120,00 | R\$ 58,15 |

Cálculo de quantidades/ preços: A partir das consultas realizadas obtivemos os seguintes valores estimados para a licitação a ser realizada pela Capes. Na coluna "preço médio unitário estimado", foram somados todos os valores encontrados e posteriormente divididos pela quantidade de orçamentos. Na coluna "valor total estimado", foram multiplicados os valores da coluna de quantidade com a do preço médio unitário estimado e a coluna "preço total estimado" faz referência a soma de todos os valores dos itens dos valores totais estimados.

Tabela 5. Itens, quantidade, preço médio total estimado, valor total estimado por item e valor total global estimado.

| Descrição | Quantidade | preço médio unitário estimado | valor total estimado | valor global estimado |
|--|------------|-------------------------------|----------------------|-----------------------|
| Avaliação clínica (Consulta médica, para avaliação dos resultados de exames e diagnóstico sobre a saúde ocupacional do servidor, em prontuário eletrônico, disponibilizado no sistema SIAPENET - Saúde - Módulo Periódicos). | 404 | R\$ 45,27 | R\$ 18.289,08 | R\$ 128.866,48 |
| Hemograma completo | 404 | R\$ 14,68 | R\$ 5.930,72 | |
| Glicemia | 404 | R\$ 9,85 | R\$ 3.979,40 | |
| Rotina de Urina (EAS) | 404 | R\$ 13,03 | R\$ 5.264,12 | |
| Creatinina | 404 | R\$ 9,67 | R\$ 3.906,68 | |
| Colesterol total | 404 | R\$ 16,85 | R\$ 6.807,40 | |
| Triglicérides | 404 | R\$ 11,53 | R\$ 4.658,12 | |
| AST (TGO - Transaminase Glutâmico Oxalacética) | 404 | R\$ 8,81 | R\$ 3.559,24 | |
| ALT (TGP - Transaminase Glutâmico Pirúvica) | 404 | R\$ 8,75 | R\$ 3.535,00 | |
| Citologia oncológica (Papanicolaou) | 220 | R\$ 73,79 | R\$ 16.233,80 | |
| Consulta ginecológica para coleta de material | 220 | R\$ 142,32 | R\$ 31.310,40 | |
| Avaliação Oftalmológica (avaliação de índice de refração, tonometria e fundo de olho) | 112 | R\$ 152,55 | R\$ 17.085,60 | |
| Pesquisa de sangue oculto nas fezes (método imunocromatográfico) | 80 | R\$ 11,90 | R\$ 952,00 | |
| Mamografia | 44 | R\$ 119,58 | R\$ 5.261,52 | |
| PSA (Antígeno Prostático Específico) | 36 | R\$ 58,15 | R\$ 2.093,40 | |

4.10. Estimativa orçamentária: Conforme o disposto no art. 23, inciso II, alínea "c" da Lei nº 8.666, de 1993, informamos que o orçamento estimado da presente contratação é:

| | |
|---|------------------------------|
| x | Inferior a R\$ 1.300.000,00; |
| | Superior a R\$ 1.300.000,00. |

5. SOLUÇÃO

5.1. Descrição da solução como um todo: Realização de Registro de Preços para contratação de empresa para prestação do serviço de realização dos exames médicos periódicos dos servidores ativos da CAPES, conforme disposto no artigo 206-A da Lei nº 8.112/90 e regulamentado pelo Decreto 6.856, de 25 de maio de 2009 e pela Portaria Normativa SRH nº 04, de 15 de setembro de 2009, nas quantidades especificadas, por tipo de exame, na Tabela 1 deste documento (Quantitativo estimado por consulta/exame). Os serviços de realização dos exames médicos periódicos deverão ser prestados em Brasília-DF, sendo que a avaliação clínica deverá ser prestada nas dependências do edifício sede da CAPES, localizado no Setor Bancário Norte, Quadra 02, Bloco L, Lote 06, Asa Norte - Brasília/DF.

5.2. Justificativa da solução escolhida: A decisão por contratar um serviço especializado para a realização de exames periódicos tem o intuito de zelar pela saúde e bem-estar de toda a força de trabalho da CAPES e reduzir o absenteísmo decorrente de licenças médicas, evitando-se descontinuidade e/ou redução de qualidade dos serviços prestados pela CAPES à sociedade. Optou-se pela realização do sistema de registro de preços em razão da impossibilidade de se determinar a quantidade exata de procedimentos que serão realizados. Somente é possível estimar o número de servidores, por outro lado não será possível estimar a quantidade exata tendo em vista a adesão, sendo essa individual e facultativa.

5.3. Estimativa de preços referenciais: Em atendimento a Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2017 que altera a Instrução Normativa nº 5, de 27 de junho de 2014, que dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, optou-se pelos incisos I e IV do Artigo 2º, transcritos a seguir:

"Art. 2º A pesquisa de preços será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros:

I - Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico <http://paineldeprecos.planejamento.gov.br>;

(...)

IV - pesquisa com os fornecedores, desde que as datas das pesquisas não se diferenciem em mais de 180 (cento e oitenta) dias.

5.3.1. O valor global estimado para a realização dos exames médicos periódicos é de R\$ 128.876,48 (cento e vinte e oito mil oitocentos e setenta e seis reais e quarenta e oito centavos).

5.4. Justificativa para o parcelamento ou não da solução: Justifica-se a opção pela adjudicação global de todo o grupo de itens desta licitação, em razão da complexidade de se contratar individualmente cada exame e procedimento médico e, posteriormente, administrar e promover um cronograma de execução sincronizado com todas as empresas vencedoras deste certame. A opção pelo fracionamento poderia também ocasionar transtornos aos servidores que deverão ser submetidos aos exames médicos periódicos e, consequentemente, elevar a taxa de recusa justificada à submissão a esses exames por parte dos servidores.

6. RESULTADOS

6.1. Demonstrativo dos resultados pretendidos: Com a contratação de empresa para prestação dos serviços de exames médicos periódicos dos servidores ativos da CAPES pretende-se zelar pela saúde e bem-estar do servidor e da sua força de trabalho, buscando a promoção da saúde e ainda assim reduzindo os casos de adoecimento e, consequentemente, de absenteísmo decorrente de licenças médicas, evitando-se descontinuidade e/ou redução de qualidade dos serviços prestados pela CAPES à sociedade. Estes exames objetivam prioritariamente a preservação da saúde, a partir da avaliação médica e a detecção precoce dos agravos, relacionados ou não ao trabalho, por meio de exames clínicos, avaliações clínicas, laboratoriais e de imagens, baseadas nos fatores de riscos aos quais os servidores poderão estar expostos no exercício das diversas atividades no serviço público federal. A prevenção por meio de diagnóstico tem se mostrado como uma das principais ferramentas para melhores práticas em saúde. As informações dos exames médicos periódicos compõem o perfil epidemiológico dos servidores públicos federais, sendo importante para subsidiar o desenvolvimento de ações de promoção à saúde, prevenção de agravos, bem como de ações de vigilância aos ambientes e processos de trabalho. Essas informações, preservado o sigilo, serão sistematizadas no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE, no Módulo de Exames Médicos Periódicos.

6.2. Declaração dos benefícios: A equipe de planejamento da contratação verificou que os principais benefícios que a referida contratação alcançam são:

- Preservar e promover a saúde e o bem-estar dos servidores da CAPES;
- Ir ao encontro de subsídios necessários para o diagnóstico precoce de patologias com, isso, poder desenvolver ações de promoção da

saúde e de prevenção de agravos;

- Buscar reduzir o número de afastamento do trabalho por motivo de licença para tratamento da própria saúde;
- Evitar prejuízos à produtividade da CAPES.


6.3. **Adequações e aproveitamentos:** A CAPES disponibilizará o espaço físico adequado para que a empresa vencedora possa realizar a avaliação clínica (Consulta médica, para avaliação dos resultados de exames e diagnóstico sobre a saúde ocupacional do servidor, em prontuário eletrônico, disponibilizado no sistema SIAPENET - Saúde - Módulo Periódicos).


7. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO


7.1. Declaração de viabilidade

Conforme Art. 24, inciso XII da IN 05/2017 e Art.12, inciso VIII da IN 04/2014, declaramos o presente estudo:

| | |
|-------------------------------------|----------|
| <input checked="" type="checkbox"/> | Viável |
| <input type="checkbox"/> | Inviável |

 Documento assinado eletronicamente por **Davi Fernando de Camargo**, **Analista em Ciência e Tecnologia**, em 22/07/2019, às 06:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 25, inciso II, da Portaria nº 01/2016 da Capes.

 Documento assinado eletronicamente por **Lucas Josijuan Abreu Bacurau**, **Chefe de Divisão de Compras e Licitação**, em 23/07/2019, às 16:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 25, inciso II, da Portaria nº 01/2016 da Capes.

 A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.capes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0919465** e o código CRC **880F4243**.



COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX

A Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, com sede no(a) Setor Bancário Norte, Quadra 02, Bloco L, Lote 06, Brasília-DF, inscrita no CNPJ sob o nº 00.889.834/0001-08, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. Anderson Ribeiro Correia, nomeado pela Portaria do Ministério da Educação nº 616 de 17 de janeiro de 2019, publicada no Diário Oficial da União em 17 de janeiro de 2019, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 11/2019, publicada no de/...../20....., processo administrativo nº 23038.004508/2019-73, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual prestação de serviços na área de saúde, especificado(s) no(s) item(ns) de 1 a 15 do item 1 do Termo de Referência, anexo do Edital de Pregão nº 11/2019, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

| Item | Catser | Descrição | Unidade de Medida | Quantidade | preço unitário | valor total do item | valor global |
|------|--------|--|-------------------|------------|----------------|---------------------|--------------|
| 1 | 22373 | Avaliação clínica (Consulta médica, para avaliação dos resultados de exames e diagnóstico sobre a saúde ocupacional do servidor, em prontuário eletrônico, disponibilizado no sistema SIAPENET - Saúde - Módulo Periódicos). | | 404 | R\$ | R\$ | |
| 2 | 20184 | Hemograma completo | | 404 | R\$ | R\$ | |
| 3 | 20184 | Glicemia | | 404 | R\$ | R\$ | |
| 4 | 9040 | Rotina de Urina (EAS) | | 404 | R\$ | R\$ | |
| 5 | 21598 | Creatinina | | 404 | R\$ | R\$ | |
| 6 | 21571 | Colesterol total | | 404 | R\$ | R\$ | |

| | | | | | | | |
|----|-------|---|--------|-----|-----|-----|-----|
| 7 | 21571 | Triglicérides | Exames | 404 | R\$ | R\$ | R\$ |
| 8 | 8559 | AST (TGO - Transaminase Glutâmico Oxalacética) | | 404 | R\$ | R\$ | |
| 9 | 8567 | ALT (TGP - Transaminase Glutâmico Pirúvica) | | 404 | R\$ | R\$ | |
| 10 | 21547 | Citologia oncótica (Papanicolau) | | 220 | R\$ | R\$ | |
| 11 | 13951 | Consulta ginecológica para coleta de material | | 220 | R\$ | R\$ | |
| 12 | 16594 | Avaliação Oftalmológica (avaliação de índice de refração, tonometria e fundo de olho) | | 112 | R\$ | R\$ | |
| 13 | 8940 | Pesquisa de sangue oculto nas fezes (método imunocromatográfico) | | 80 | R\$ | R\$ | |
| 14 | 9679 | Mamografia | | 44 | R\$ | R\$ | |
| 15 | 21563 | PSA (Antígeno Prostático Específico) | | 36 | R\$ | R\$ | |

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

4. VALIDADE DA ATA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir do(a) de sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

5. REVISÃO E CANCELAMENTO

5.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

5.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

5.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

5.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade

de negociação.

5.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

5.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

5.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

5.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

5.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.6.1, 5.6.2 e 5.6.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.9.1. por razão de interesse público; ou

6.9.2. a pedido do fornecedor.

6. DAS PENALIDADES

6.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

6.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

6.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

7. CONDIÇÕES GERAIS

7.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

7.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7.892/13.

7.3. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses.

7.3.1. contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou

7.3.2. contratação de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances

7.4. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos

termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2013.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).



COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Nº/....., QUE FAZEM ENTRE SI A FUNDAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL
DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES E A EMPRESA

.....

A Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, com sede no Setor Bancário Norte, Quadra 02, Bloco L, Lote 06, Brasília-DF, inscrita no CNPJ sob o nº 00.889.834/0001-08, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. Anderson Ribeiro Correia, nomeado pela Portaria do Ministério da Educação nº 616 de 17 de janeiro de 2019, publicada no Diário Oficial da União em 17 de janeiro de 2019, portador da matrícula funcional, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 11/2019, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de contratação de serviços na área de saúde, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

| tem | Catser | Descrição | Unidade de Medida | Quantidade | preço médio unitário | valor total do item | valor global e |
|-----|--------|--|-------------------|------------|----------------------|---------------------|----------------|
| | | Avaliação clínica (Consulta médica, para avaliação dos | | | | | |

| | | | | | | | |
|----|-------|---|--------|-----|-----|-----|-----|
| 1 | 22373 | resultados de exames e diagnóstico sobre a saúde ocupacional do servidor, em prontuário eletrônico, disponibilizado no sistema SIAPENET - Saúde - Módulo Periódicos). | Exames | 404 | R\$ | R\$ | R\$ |
| 2 | 20184 | Hemograma completo | | 404 | R\$ | R\$ | |
| 3 | 20184 | Glicemia | | 404 | R\$ | R\$ | |
| 4 | 9040 | Rotina de Urina (EAS) | | 404 | R\$ | R\$ | |
| 5 | 21598 | Creatinina | | 404 | R\$ | R\$ | |
| 6 | 21571 | Colesterol total | | 404 | R\$ | R\$ | |
| 7 | 21571 | Triglicérides | | 404 | R\$ | R\$ | |
| 8 | 8559 | AST (TGO - Transaminase Glutâmico Oxalacética) | | 404 | R\$ | R\$ | |
| 9 | 8567 | ALT (TGP - Transaminase Glutâmico Pirúvica) | | 404 | R\$ | R\$ | |
| 10 | 21547 | Citologia oncótica (Papanicolau) | | 220 | R\$ | R\$ | |
| 11 | 13951 | Consulta ginecológica para coleta de material | | 220 | R\$ | R\$ | |
| 12 | 16594 | Avaliação Oftalmológica (avaliação de índice de refração, tonometria e fundo de olho) | | 112 | R\$ | R\$ | |
| 13 | 8940 | Pesquisa de sangue oculto nas fezes (método imunocromatográfico) | | 80 | R\$ | R\$ | |
| 14 | 9679 | Mamografia | | 44 | R\$ | R\$ | |
| 15 | 21563 | PSA (Antígeno Prostático Específico) | | 36 | R\$ | R\$ | |

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de/...../..... e encerramento em/...../....., e somente poderá ser prorrogado nos termos do artigo 57, § 1º, da Lei n. 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

3.1. O valor total da contratação é de R\$ (.....)

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4. CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2019, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 154003

Fonte: 8100

Programa de Trabalho: 1366550

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no item 7 do Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste de preços do valor contratual são as estabelecidas no item 15 do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA - REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

8.2. O prazo de execução dos serviços seguirá o estabelecido nos itens 6, 12 e 13 do Termo de Referência.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas nos itens 8 e 9 Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, respeitadas as condições e obrigações estabelecidas no item 10 do Termo de Referência e na proposta da contratada.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

11.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no item 17 do Termo de Referência, anexo do Edital.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - VEDAÇÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA:

13.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

13.1.2. interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FORO

17.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Brasília - DF - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Brasília, XX de XXXXX de 2019

| | |
|------------------------------------|--|
| Representante legal da CONTRATANTE | |
| Representante legal da CONTRATADA | |

| | |
|--------------|--|
| Testemunha 1 | |
| Testemunha 2 | |